

## **ACTA N.º 17**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 29 de Fevereiro 2008.**

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos membros: Vera Lúcia Santos Veríssimo Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Paulo Francisco de Mello Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, Vitória Maria de Faria Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão Tendeiro, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho Guerra Rodrigues, Pedro Miguel Santiago Gaspar, João Manuel de Jesus Brito, Carlos Alberto das Neves Cotrim, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar e Maria Regina Sardinheiro Céu Ferreira.

A Presidente da mesa deu início à sessão passando de imediato à discussão e votação da Acta nº 16, da Sessão de 30 de Novembro de 2007.

A votação da Acta foi suspensa para ser posteriormente ouvida pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e pelo membro João Osório para esclarecimento de dúvidas.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Presidente da mesa fez uma proposta aos membros da Assembleia Municipal sobre a realização da Assembleia do Futuro (anexa).

O membro Paulo Espírito Santo interveio, fazendo o pedido à Senhora Presidente da mesa para que o horário das Assembleias passe para as 21 horas e 30 minutos.

A Senhora Presidente da mesa informou que com a mudança para o horário de verão a próxima Assembleia Municipal seria às 21 horas e 30 minutos.

Foi apresentada uma saudação pela bancada do P.S. sobre a Comissão de Protecção de Menores (anexa).

A membro Maria Leonor, apresentou um voto de congratulação pela bancada P.S. referente aos eventos realizados na terça-feira de Carnaval (anexo).

A membro Anabela Costa interveio, fazendo referência a várias questões, tais

como:

A insegurança em Alpiarça, nomeadamente, assaltos a residências e assaltos a bens públicos. Mencionou ainda, a falta de iluminação ao monumento do 25 de Abril.

O membro João de Brito interveio, fazendo referência a quatro pontos, começando pelo estacionamento junto das farmácias, referindo já ter sido duas vezes apresentada a proposta em Assembleia Municipal.

O segundo ponto, referente à Prova Internacional de Ciclismo, em como lamenta que esta prova fosse “roubada” por Almeirim tirando prestígio a Alpiarça, podendo esta beneficiar com a passagem destas provas.

Mencionou como terceiro ponto, os tanques de decantação da fábrica Monliz que liberta cheiros desagradáveis e em determinados dias não se pode viver em Alpiarça, e pede esclarecimentos sobre o assunto.

O último ponto, felicitação aos responsáveis da manutenção da Vala Real, a quem ordenou essa manutenção e a quem ordenou que esses trabalhos fossem feitos.

O membro Celestino Brasileiro interveio, falando sobre as zonas de lazer e pequenos parques infantis nos lugares e a necessidade destes espaços de lazer.

Interroga se existe alguma decisão, em relação ao Centro Escolar, se este avança ou não em 2008. Interroga, também, se o QREN chegou a Alpiarça.

Mencionou sobre a “promessa” que foi feita em relação ao arranjo do muro de suporte das Faias e que ainda não foi efectuado.

Solicitou uma resposta a uma pergunta que foi efectuada numa das Assembleias anteriores referente ao Conselho Municipal de Educação.

O membro Celestino Brasileiro interrogou, também, se a Câmara já tinha feito algumas diligências no sentido de saber qual é o futuro do edifício do I.V.V. que se situa junto à escola das Faias.

Colocou uma questão sobre o corte de fornecimento de água da Autarquia à Escola E B 2/3, sabendo que a escola enviou um ofício para Autarquia e não obteve resposta. “Toda esta questão de ter vindo a público poderia ter sido evitada”. Referiu, ainda, que sendo os valores exorbitantes alguma coisa se terá passado.

O membro João Osório interveio, perguntando quando é que a Câmara pensa arranjar a Rua Conselheiro Figueiredo Leal, pois está cheia de buracos e com a alteração do trânsito na Rua Manuel Paciência Gaspar, a rua tornou-se mais movimentada.

Perguntou, também quais foram os prejuízos causados pela cheia que os Passos do Concelho sofreu e qual a solução que a Câmara tem para este problema.

Outra questão colocada foi para saber se já foi feito algum inquérito referente aos documentos da Assembleia encontrados num terreno baldio.

Referiu também a questão da Comissão para cumprimento do P.D.M. que já está aprovado há mais de um ano, mas esta Comissão só pode ter qualquer actividade quando tomar posse, ou seja a Comissão só pode funcionar quando a Sr.<sup>a</sup> Presidente der posse.

Colocou a questão referente à publicação da saudação feita pela CDU, num Jornal Regional, no sentido de saber qual foi o jornal que a Assembleia Municipal mandou publicar.

A membro Inês Aguiar interveio, fazendo referência a processos de arquivamento do Tribunal de Almeirim, nomeadamente as entradas nºs 148 e 9 respectivamente, - queria saber ao que é que se referem estes processos.” Referiu também que, que gostaria, mais uma vez, de colocar a questão, relativamente aos custos que a Câmara tem com Processos em Tribunal.

Perguntou, ainda, “ - qual é o ponto da situação em relação aos pagamentos dos trabalhos a mais da obra do Centro Cívico.”

A membro Vitória de Brito interveio, fazendo referência ao assalto que houve na Escola do 1º Ciclo, pouco depois do começo das aulas. Questionou qual a solução que a Câmara vai tomar para que esta situação não se repita. Comentou também a falta de pessoal auxiliar e de meios para a limpeza que estão em falta depois de terem sido referidos em Assembleias anteriores.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, informando e fazendo uma pequena correcção referente às novas competências da Câmara. O que vai ficar dependente e sobre a responsabilidade da Câmara são a Pré-Primária, o 1º Ciclo, o 2º e o 3º.

Respondeu sobre um repto colocado por um membro da CDU, referente às Actas/votações da CDU nos outros Concelhos, que depois de serem imprimidas serão entregues à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal.

Solicita à Senhora Presidente da Assembleia Municipal uma visita ao Concelho de Alpiarça, não só para os eleitos da Assembleia Municipal, mas também que fosse extensível aos eleitos da Junta de Freguesia, para se poder verificar em conjunto todas as situações e todos chegarem à mesma conclusão.

O membro José Miguel Carvalho interveio, para realçar o que foi dito pelo membro João de Brito referente aos maus cheiros que se sentem em Alpiarça, afirmando que se têm que tomar medidas para resolver esta situação.

A Senhora Presidente da Mesa deu resposta às perguntas que lhe foram

colocadas, nomeadamente ao membro João Osório, referiu que depois de solicitar a indicação dos nomes, ainda estava a aguardar resposta das duas bancadas.

Em relação à Publicação da Saudação feita pela CDU, esta foi feita no Jornal Voz de Alpiarça.

O membro João Osório interveio, discordando que a Publicação da Saudação feita pela CDU tivesse sido, só, publicada no Jornal Voz de Alpiarça, “os colegas das outras bancadas concordaram e votaram assim, Publicação no Jornal Local e no Jornal Regional”.

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu, que a interpretação que a mesa fez, foi que esta publicação fazia parte da Imprensa Regional.

Dando continuidade às questões colocadas, nomeadamente à membro Inês Aguiar, informa que “factos ocorridos na Sessão da Assembleia Municipal e de acordo com o que diz a Lei, as Assembleias Municipais não podem ser interrompidas e tem que ser informado o Tribunal da Comarca e foi isso que foi feito”.

A Senhora Presidente da Mesa, depois de confirmar que todos estavam de acordo com a visita ao Concelho, propõe uma data para o final do mês de Março, mais concretamente o dia 29 de Março, que irá ser confirmado.

A Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões que lhe foram colocadas pelos Membros das Bancadas.

O Senhor Presidente da Câmara relativamente às questões colocadas pela membro Anabela Costa, sobre a falta de segurança no Concelho, esclareceu, que a Câmara está a reunir todos os esforços para que haja um reforço de meios humanos, esta situação foi colocada, formalmente, a quem de direito e estão a aguardar uma resposta.

Relativamente à falta de iluminação no Monumento ao 25 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara informou que esta questão faz parte das obras de requalificação, e que o Monumento vai ser iluminado, logo que as obras estejam concluídas.

Relativamente às questões colocadas pelo membro João de Brito, a primeira questão em relação ao estacionamento junto das farmácias, o Senhor Presidente tomou nota, visto que o Senhor Vereador responsável pelo pelouro não estava presente.

Relativamente à volta ao Distrito de Santarém em Ciclismo, o Senhor Presidente lembrou que o Distrito tem 21 Municípios e que não é possível cobrir todos, durante uma Prova destas, “tem que chegar a vez de nós também sermos solidários com aqueles que ainda não tiveram a volta.”

Relativamente aos tanques de decantação da Monliz, o Senhor Presidente esclareceu, que há processos de contra ordenação que estão a decorrer, informou também que estiveram no terreno Técnicos da CCR, solicitados pela Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara referiu, ainda, em relação a esta questão, que, "qualquer fábrica instalada ou a instalar no Concelho tem de cumprir na íntegra os parâmetros aprovados, constantes do protocolo aprovado pela Assembleia Municipal."

Relativamente às questões colocadas pelo membro Celestino Brasileiro, sobre os espaços de lazer nos lugares, o Senhor Presidente comentou que as infra-estruturas que foram criadas nos lugares foram determinantes para um potencial de vida mais enriquecido, neste momento estamos a aguardar que o QREN chegue ao Concelho para iniciar um novo ciclo de investimento.

Relativamente ao Centro Escolar o Senhor Presidente, informou que tinha estado com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim numa reunião na CCR Alentejo com os mais altos responsáveis pelo Ministério do Ambiente, onde foi transmitido, "que a Candidatura que foi em aberto pela CCR Alentejo dirigida a cinquenta e oito Municípios, com três milhões de Euros dará para algumas fechaduras de alguns Centros Escolares, e portanto tivemos a oportunidade, num encontro de 58 Municípios, transmitir que três milhões de Euros, é concerteza uma brincadeira, para avançar com a construção de Centros Escolares, de qualquer modo o nosso não vai avançar já, porque há aqui uma questão, contrariamente aquilo que foi dito, há aspectos técnicos que devem ser conhecidos, e é bom que nós tenhamos rigor técnico, nas informações e na apreciação dos temas para decisões."

O Senhor Presidente falou sobre as regras do QREN, sobre as candidaturas de pacote financeiro fechado por período de concurso, existe também uma cláusula em que só podem ser deferidas candidaturas desde que exista intenção de adjudicação.

São estas matérias que os Municípios estão a "discutir" com o apoio das cinco CCDR's com o Ministério do Ambiente, para que estas questões sejam clarificadas e para que se avance para a contratualização. Está em preparação a alteração legislativa das actuais Associações de Municípios.

O Senhor Presidente da Câmara falou também sobre o grupo de trabalho que foi constituído pela Associação Nacional de Municípios onde o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça esteve integrado, tal como o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal que já sensibilizou os grupos parlamentares de que relativamente às actuais Associações de Municípios, deve ser colocada uma norma transitória na proposta

legislativa de maneira a não atrasar a contratualização de modo a que o QREN chegue a todo o território.

Relativamente ao muro de suporte das Faias, o Senhor Presidente tomou nota, devido ao Senhor Vereador do Pelouro não estar presente.

Relativamente ao Edifício do I.V.V., o Senhor Presidente da Câmara falou que, em tempos, foi transmitido pela Câmara formalmente ao Senhor Presidente do I.V.V., na altura, sobre a situação do edifício do IV.V. A Câmara Municipal estaria disponível para ficar com a posse do Edifício se o I.V.V. garantisse a sua demolição. Porque a demolição de um edifício daqueles, passando a posse para a Câmara Municipal de Alpiarça seria muito pesado financeiramente. Informou também que na semana anterior, na Escola Superior Agrária onde esteve o actual Presidente do I.V.V. disseram que ainda não existe uma resposta para a situação de Alpiarça.

Relativamente à questão colocada sobre o fornecimento de água à Escola E.B.2/3, o Senhor Presidente da Câmara, explicou que esta situação foi a uma Reunião de Câmara para apreciação da Câmara, porque existe um regulamento de fornecimentos de água que tem uma leitura universal em termos de funcionamento, como foi entendido como uma questão delicada e como é a Câmara que tem que decidir sobre essa matéria, o assunto foi apreciado numa Reunião de Câmara e decidido pelos cinco Membros do Executivo que o assunto fosse analisado numa outra Reunião de Câmara.

Relativamente às questões colocadas pelo membro João Osório, sobre a Rua Conselheiro Figueiredo Leal o Senhor Presidente referiu que está à espera que o Gabinete Técnico lhe entregue o Projecto para poder dar andamento à situação.

Sobre a inundação no Edifício dos Paços do Concelho, os prejuízos mais significativos foram na Secção de Contabilidade, onde tiveram de se secar alguns documentos e houve alguma destruição de computadores esta situação tem a ver com a incapacidade do colector existente na Rua Principal. Os Serviços Técnicos estão a desenvolver os estudos necessários para fazer uma ligação através de uma bombagem para que esta situação de inundação possa ser resolvida.

Relativamente à questão sobre os documentos encontrados na Bagageira, o Senhor Presidente informou que tinha sido apresentada uma queixa, formalmente, e que a investigação está a decorrer.

Relativamente aos maus cheiros na Vila de Alpiarça, que foi um assunto abordado pelos membros João de Brito e José Miguel Carvalho, o Senhor Presidente da Câmara informou que esta realidade já é conhecida pelos Técnicos do Ambiente, que em tempos

garantiram que a solução na altura era viável e que até se podia beber a água que saía da ETAR. Há dois meses voltaram a ter uma reunião e o Senhor Presidente lembrou as palavras que os técnicos disseram na altura, e que estes responderam “- normalmente neste País há um problema, é que nunca há culpa técnica, só há culpa política.

Segundo o Senhor Presidente esta situação, (os maus cheiros), foi comunicada de novo à CCDR e estão a aguardar que no QREN, num Programa de Ambiente seja possível solucionar este problema.

O Senhor Presidente da Câmara reforçou, que este Projecto foi o maior erro em termos de escolha técnica, mas foi o que encontrou quando chegou no dia cinco de Janeiro de 1998, seleccionado pela Câmara.

A Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra à Senhora Vereadora, para poder responder às questões que lhe foram colocadas pelos membros das bancadas.

Relativamente à questão colocada pelo membro Celestino Brasileiro, sobre o Conselho Municipal de Educação, a Senhora Vereadora informou que em breve iriam ter uma reunião, mas referiu que, apesar do Conselho Municipal de Educação ser útil, aparece mais em Concelhos maiores, com várias escolas, em que as pessoas pouco se encontram para reunir, em Alpiarça reúnem sucessivamente com os elementos do próprio Concelho, por isso a não reunião do Conselho Municipal de Educação jamais veio prejudicar em termos de decisão sobre esta matéria. Também as mudanças consecutivas dos representantes de cada entidade vem atrasar um pouco este processo, mas em breve irão reunir.

Relativamente às questões colocadas pelo membro Vitória de Brito, sobre o assalto na escola do 1º Ciclo, mais grades nas janelas e mais condições é difícil para a Câmara, porque tem investido nas melhores condições de funcionamento, desde instalações sanitárias a um centro de recursos informáticos equipado.

Sobre a questão relativamente à limpeza, vai mudar, mas a responsabilidade em respeito aos Auxiliares Educativas, no 1º Ciclo, são do Ministério de Educação. A Senhora Vereadora salientou que, durante mês de Janeiro, tanto o Jardim de Infância como as Faias foi garantido que a limpeza seria feita, unicamente, por funcionários da Autarquia, tal com o 1º Ciclo do Frade de Cima e o de Alpiarça, tal como os intervalos e a hora de almoço.

A membro Vitória de Brito interveio, para esclarecer que não existe nenhuma confusão em relação às competências da Câmara relativamente às Auxiliares e à Escola, se existiu, foi devido a uma intervenção que a Senhora Vereadora fez com a abertura da

Escola do Frade de Cima. Perguntou, como é que a Câmara tem tanta influência para pressionar o Ministério de Educação para ter uma Escola aberta com poucas crianças, quando o Ministério está a fechar essas Escolas a nível do País, e não consegue ter influência para arranjar duas ou três auxiliares, afirmando ser essa a confusão.

A Senhora Vereadora interveio, para rectificar a questão anterior, no sentido de esclarecer que a Escola do Frade de Cima está a funcionar com uma funcionária da Autarquia, e está a fazê-lo para colaborar com a escola nesse sentido.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação os três documentos: o primeiro referente à proposta da Comissão da Assembleia do Futuro. A Senhora Presidente da Mesa leu de novo a Proposta para esclarecer algumas dúvidas que não tinham sido entendidas.

Depois de ter sido “discutida” como deveria ser constituída a Comissão, foi aprovada com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Relativamente à saudação referente à Comissão de Crianças e Jovens, foi aprovado por unanimidade, com ausência do membro Celestino Brasileiro que no momento não se encontrava na sala.

Seguiu-se a votação relativo ao voto de congratulação referente ao Carnaval, foi aprovado com 6 abstenções, 1 voto contra, 8 votos a favor e estava ausente da sala o membro Celestino Brasileiro.

O membro João Osório interveio, “há uma questão que o Senhor Presidente pôs, que eu quero esclarecer sobre a ETAR de Alpiarça, quando o Senhor Presidente tomou posse, sobre a situação que encontrou, não disse tudo e eu acho que é importante a Assembleia saber”.

O membro João Osório esclareceu a situação dizendo, “o Senhor Presidente da Câmara tomou posse, em 5 de Janeiro de 1998, encontrou um Projecto aprovado para uma ETAR, de vinte cinco hectares e depois fez uma permuta com o Senhor Joaquim Isidoro, não utilizando um terreno da AgroAlpiarça, que depois passados anos vendeu, que dava para implantar uma ETAR para vinte e sete hectares, e diminui de vinte e sete hectares para dezassete hectares.”

O membro João Osório pediu um esclarecimento referente à limpeza da Vala de Alpiarça,” o Senhor João de Brito elogiou uma situação, que o Senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal, disse aqui, que é uma obra da CULT, foi a limpeza do Passeio Pedonal de Alpiarça/Almeirim o Senhor Presidente da Câmara, também agora, devia receber um elogio, que é Vice-Presidente da CULT, também está no



seu direito de receber esse elogio, mas não foi a Vala de Alpiarça que foi limpa, o que foi limpo foi o Passeio Pedonal.”

O membro João Osório pediu, ainda, esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara e ao membro Paulo Espírito Santo, “qual é a situação da Imprensa hostil e que o Senhor Presidente disse que nem se chama imprensa”. Perguntou se a Câmara não “sabia da existência” do Jornal de Alpiarça, pelo facto de o anúncio do Carnaval ter sido, só publicado no Jornal do Ribatejo e no Jornal Almeiricense.

A Senhora Presidente da mesa respondeu dizendo que não iria dar mais a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder, e para fazer chegar à mesa, por escrito, a questão que colocou para poder ser respondida.

A Senhora Presidente da mesa esclareceu, “o Senhor Presidente, se calhar por pudor, não referiu quem foi a pessoa que o acompanhou, a pessoa que o acompanhou, a essa primeira reunião, fui eu...”, esclareceu, também,” ... a ETAR não podia ser feita nos terrenos da AgroAlpiarça por uma questão técnica, porque o esgoto não podia chegar aquela distância era impossível fazer o tratamento naquela situação, daí a razão que teve que ser encontrado um terreno em condições do esgoto poder ser tratado.”

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto número um** - Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do membro João Osório, referente à Actividade do Município, e o que foi dito pela CDU na Assembleia de Novembro de 2007, “é um vazio de ideias, um vazio de actividade, esta Câmara não tem feito nada.”

Falou sobre a discordância de alguns comerciantes locais referente ao local do desfile de Carnaval (Junto à Barragem dos Patudos), pois quando o desfile era no centro da Vila, o comércio local neste dia, tinha mais movimento.

**Ponto número dois** – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça : relatório anual de 2007; Substituição de um representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Alpiarça.

Tem dois subpontos, o primeiro foi para tomar conhecimento e fazer alguma apreciação sobre o relatório anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

O segundo subponto, teve a ver com a substituição do representante da Assembleia Municipal, na Comissão Alargada da C.P.C.J. que já permaneceu o tempo máximo que lhe era permitido, que são seis anos.

Relativamente à primeira parte, que é o relatório, e antes de dar a palavra aos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da mesa fez alguns comentários, “o primeiro deles, é que pela primeira vez, desde que eu me lembro, e que a Comissão está a funcionar, o Relatório foi entregue à Assembleia atempadamente.”

Relativamente à Comissão Restrita, salientou que esta Comissão tinha um “peso”, em termos de horas semanais, realçando a situação da segunda secretária da mesa, que faz parte da Comissão e disponibiliza o seu tempo, não foi o emprego que lhe cedeu horas, ao contrário das outras pessoas dos Ministérios, que estão referenciadas. Lamentou o facto de ter sido dito que a principal valência que esteve em falta foi a Saúde, e comentou que a situação tinha de ser rapidamente alterada, pois é um assunto importante para todos.

Referiu também os casos acompanhados, e salientou que foram reabertos os casos, foram instaurados 22 casos, foram arquivados linearmente 4 e arquivados 73, mais reforçou que esta Comissão Restrita, é a Comissão que trata os casos e teve um movimento de trabalho muito significativo.

Chamou a atenção para o que estava referido em relação ao interlocutor designado pelo Ministério Público, e que nunca tinha participado em reuniões, salientou que era uma situação grave, porque há situações que têm que ser acompanhadas por este interlocutor e não foram devido à sua ausência.

Relativamente ao Plano de Acção, comentou, também, o que foi dito, “ a C.P.C.J. elaborou um Plano de Acção, e depois é perguntado quais os aspectos positivos da definição e implementação do Plano de Acção.” Salientou, ainda, “ que é preciso uma maior sensibilização da Comunidade para a problemática das crianças e jovens em risco, maior visibilidade das C.P.C.J.’s junto da Comunidade e melhor organização interna no trabalho desenvolvido.

Comentou, ainda, o balanço de actividade da C.P.C.J. que consideram que as principais dificuldades, foram a menor participação de alguns parceiros, supostamente, a Saúde e o Ministério Público.

Em segundo lugar, uma ausência de prioridade do trabalho na C.P.C.J. por parte dos respectivos serviços.

Como terceiro lugar, e com menos importância, a ausência de reconhecimento do trabalho da C.P.C.J. por parte dos serviços.

Foi feita também uma referência ao que foi dito pela C.P.C.J., sobre a avaliação para este Ano, e os factores mais relevantes assinalados foram, a intervenção inter-

disciplinar no trabalho em parceria, seguindo-se a “multidisciplinaridade” do trabalho da C.P.C.J.

Salientou que o menos relevante destes três era a sensibilização, e que no seu entender, esta já estará a ter alguns resultados, daí considerarem que é o menos importante.

Relativamente a termos de articulação, referiu que foi dito, “dizem que em relação à Comissão Nacional as coisas funcionaram bem, globalmente dizem que foi positiva.

Relativamente às formas de articulação entre o Gabinete Técnico de apoio e as C.P.C.J.'s salientou o que foi dito, que o encontro anual foi bom, em termos de avaliação a qualidade é boa no acompanhamento presencial, em termos de frequência consideram que foi suficiente.

Depois de Senhora Presidente da mesa comentar todos os assuntos do Relatório Anual da C.P.C.J. não tendo ninguém querido intervir, passou ao assunto referente à substituição do representante da Assembleia Municipal, por ter completado os 6 anos que lhe é permitido estar presente.

A Senhora Presidente da mesa, informou que a bancada do P.S. tem um nome a propor, que é a Educadora Infantil Olga Pais de Azevedo.

O membro Paulo Espírito Santo, interveio para explicar o porquê desta escolha vinda da bancada do P.S., e referiu que se prendia principalmente com a sensibilidade profissional da Educadora Olga Azevedo, já que convive diariamente com crianças.

A Senhora Presidente da mesa colocou à votação a proposta apresentada pela bancada do P.S., foi aprovada com 9 votos a favor e 6 abstenções. O membro Joaquim Augusto Palhoto Pais Azevedo, não votou, uma vez que é marido da Educadora Olga Azevedo.

Antes de passar ao ponto seguinte, a Senhora Presidente da mesa, disse que a C.P.C.J. iria ser informada da eleição do novo representante para a Comissão Alargada.

**Ponto número três** – Apreciação e votação da proposta da Tabela de Taxas para a actividade de Equitação do espaço da Reserva do Cavallo do Sorraia para o ano dois mil e oito. A membro Inês Aguiar interveio, em relação ao preços das aulas de Equitação, e acrescentou que acha que é um valor muito elevado, porque quanto mais cara for, muito mais difícil é a adesão de um maior número de crianças, se o preço fosse mais em conta, poderia haver mais crianças e as receitas seriam maiores.

O membro José Miguel interveio, para referir o mesmo assunto, comentando que um aumento de 20% era um bocado elevado.

O membro João de Brito interveio, para comentar, ainda, sobre a mesma situação, referindo que também achava que o valor era um bocado levado, embora tenha consciência que as coisas aumentaram, e dadas as condições financeiras que se atravessa em Portugal, a Bancada do P.S.D. vota a favor.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, para esclarecer o valor das Aulas de Equitação, dizendo que estas aulas têm muitos encargos, desde o Tratador ao Professor. A Senhora Presidente da mesa colocou à votação, a Proposta apresentada pela bancada do P.S., foi aprovada com, 10 votos a favor e 6 abstenções.

**Ponto número quatro** - Apreciação e votação do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças para o ano dois mil e oito.

A Senhora Presidente da Mesa explica a razão do porquê da Certidão só ter sido entregue na segunda-feira, uma vez que a Tabela de Taxas e Licenças esteve em discussão pública até ao dia 23 do mês corrente, daí a razão de os documentos serem entregues sem a Certidão.

A membro Anabela Costa interveio, para justificar que a Bancada da CDU iria ter o mesmo sentido de votação, iriam votar contra.

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação, foi aprovada com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

**Ponto número cinco** – Foi proposto a pedido da Bancada da CDU) – Apreciação do Projecto de Lei nº 431/x.

A Senhora Presidente da Mesa informou, que houve um pedido da Associação Nacional de Municípios, que tinha que ser respondido durante o mês de Janeiro, sabendo que as Assembleias Municipais têm Sessões ordinárias durante o mês de Fevereiro, a Senhora Presidente da Mesa, mediante este ponto de vista, pediu à CDU alguma proposta, possivelmente não o entenderam desta forma, e só fez chegar à Associação Nacional de Municípios um breve comentário.

A Senhora Presidente da Mesa, deu então a palavra aos membros da Bancada da CDU.

O membro Celestino Brasileiro interveio, dizendo que esta Lei consagra o poder absoluto para o Senhor Presidente da Câmara, “ o Presidente da Câmara é que escolhe os Vereadores, e nem sequer precisa de seguir a listagem da Assembleia Municipal.”

Referiu também que os Presidentes da Junta deixam de ter um papel importante

nas Assembleias Municipais, e que gostaria de apresentar uma moção referente ao assunto acima referido.

De seguida o membro Celestino Brasileiro passou a ler uma moção referente ao assunto acima referido, apresentando vários pontos que definem a posição da bancada da CDU.

O membro Carlos Cotrim interveio, dizendo que apesar do partido subscrever a referida proposta, não quer dizer que não tenham alguma discordância, dando alguma razão à Bancada da CDU. Em termos de representatividade irá haver menos e é nesse ponto que o membro está em discordância.

O membro Pedro Gaspar interveio, começando por fazer uma pequena introdução, dizendo que este projecto ainda está na forja.

Começou por pegar nas palavras do membro Celestino Brasileiro, “este Projecto pretende-se ganhar na secretaria”, discordando desta afirmação, disse, “não este Projecto não se pretende ganhar nada na secretaria, o que é efectivo é que as coisas se ganhem perante o Eleitorado que, vota e desse escrutínio efectivamente irá sair o novo Executivo.” Afirmou então, que nada se ganha no Secretariado, mas sim nas urnas.

Relativamente ao ponto dois, que fala sobre o Poder Absoluto, o membro Pedro Gaspar intervém, “os Executivos servem para executar e precisam de membros Executores, precisam de Governantes, que são sufragados de quatro em quatro anos e que o povo põe e dispõe como bem entende em relação àquilo que foi a sua execução no período em que tiveram o seu mandato, olhando para a nossa Câmara Municipal onde existem cinco Vereadores, efectivamente, três trabalham em funções executivas e os outros não, é até degradante, na minha opinião, nesta e noutras Assembleias, com todo o respeito de ver os nossos Vereadores da oposição, passam aqui quatro horas, desculpem o termo, de estopada e que não tugem nem mugem, nem dizem nada.”

Relativamente à vontade do Povo, referiu que a mesma é expressa em votos, lembrando a maneira como decorreram as votações e ao que respeita cada boletim de voto e aos órgãos referentes a cada um.

Para finalizar o membro Pedro Gaspar disse, “que a CDU não tem autoridade moral para vir falar em defraudar expectativas, de eleitores, ou como foi dito, desrespeitar a vontade dos eleitores, olhando para o exemplo, recente, que temos na Câmara.”

O membro Paulo Espírito Santo interveio, dizendo que ficou por dizer aquilo que considera importante, que o Senhor Presidente apresenta uma lista à Assembleia Municipal e que ele é que escolhe os membros que vão trabalhar com ele e esses

membros são postos, pelo Senhor Presidente à sanção, ou seja vão ser sancionados pela da Assembleia Municipal.

Comentou que estão a falar de um Projecto Lei que está, só, nas linhas gerais, não se pode condenar um Projecto que não existe de facto.

Salientou que a posição da CDU já era conhecida, que é vinculada pela CDU Nacional (PCP), mas que existem pontos de vista diferentes á questão do Presidente da Junta de Freguesia, ainda há questões que dividem os órgãos.

Relativamente ao documento que a Senhora Presidente da Mesa aceitou, referiu que era para fazer uma apreciação do Projecto Lei, não para votar Moções. Discordou da “entrada” desse documento porque tem uma deliberação e o que se esteve a fazer foi a apreciar o Projecto, e realçou que a Assembleia não ia votar em nada.

O membro Fernando Ramalho interveio, afirmando que não tinha nenhuma opinião, ainda, formada sobre o Projecto Lei em questão. Comentou, “tentou-se na situação de compromisso manter forçosamente que oposição tenha Vereadores, não me parece muito lógico, parece-me que seria mais lógico adoptar a posição que é aquela que está neste comentário que acompanhava o texto da Proposta de Lei.”

Concorda que o Executivo Municipal deva ser formado pelo partido mais votado.

Referiu que em contrapartida deveriam ser aumentados os poderes da fiscalização e de intervenção da Assembleia Municipal.

Relativamente à questão ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia ter ou não direitos de voto, o membro acha que a moção apresentada pelo Partido Comunista é um pouco contraditória, “ ou seja está a dar-se o poder igual a pessoas quer queiramos quer não, não têm a mesma representatividade”.

O membro João de Brito interveio para referir que concordava com o facto dos Presidentes de Junta não votarem, porque quem é eleito da Assembleia de Freguesia não é eleito para votar na Assembleia Municipal, e deu o exemplo, “ a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, também não vai votar à Junta de Freguesia, nem o Senhor Presidente da Câmara, vai votar à Assembleia de Freguesia, ou seja, eles são autónomos, sem interferências dos outros órgãos, aqui na Assembleia Municipal.”

Comentou, que este Projecto Lei, ainda não foi assinado, e que poderá alguém dizer que não está de acordo, mas que tudo leva a crer, se não houver contrariedade, que o assunto anda para a frente, mas nada está decidido. Deu como exemplo a Assembleia Municipal de Alpiarça, que se não votasse o Presidente da Junta de Freguesia, o Executivo camarário estaria em dificuldade, porque a oposição teria mais votos e podia

“dificultar” a vida ao Presidente eleito.

Referiu que concorda que, o Presidente que estiver eleito, escolha as pessoas com quem vai trabalhar, para as coisas poderem funcionar como deve ser, e por outro lado a Assembleia Municipal tem muito mais poder, para resolver os problemas.

O membro José Miguel Carvalho interveio, perguntando em primeiro lugar, se houve alguma resposta da Associação Nacional de Municípios, referente ao documento que a Senhora Presidente da mesa enviou.

A Senhora Presidente da mesa confirmou que houve uma resposta, mas que não era a posição oficial da Associação nacional de Municípios.

Relativamente ao Projecto de Lei em questão, o membro achou que a situação como está é a melhor, onde se pode ter um debate aberto, se houver sensibilidade para o diálogo. Se este Projecto Lei andar para a frente, irá eliminar a participação das outras forças políticas, é uma situação, que o membro José Miguel Carvalho lamenta se o Projecto avançar.

O membro Celestino Brasileiro interveio, no sentido de reforçar a sua primeira intervenção, referiu que não concorda com o novo Projecto Lei e mencionou a diferença de opiniões, “o Partido Socialista defende o poder absoluto nas Câmaras Municipais, a CDU continua a defender a representatividade democrática, através do voto dos eleitores.”

O membro Pedro Gaspar interveio, para acrescentar uma questão exemplificativa para se perceber que o que está em causa é uma questão de governar melhor. O membro deu dois exemplos do País, “temos em Évora uma relação de forças de poder, de três PS, três da CDU e um do PSD”, depois de dar o primeiro exemplo, perguntou como é que era possível três pessoas, gerirem o Município como o de Évora. Seguiu o segundo exemplo, “o camarada, da CDU, Sérgio Carrinho há muitos anos que vem apelando à falta de condições que tem, para governar a sua Autarquia, aqui ao lado, na Chamusca.”

O membro Pedro Gaspar reforçou a teoria do poder absoluto, dizendo que é assim que deve funcionar.

Para finalizar o membro Pedro Gaspar referiu, “e para terminar, eu não conheço só, Vereadores do poder, conheço muitos Vereadores do Partido Socialista que estão na oposição, faz parte do estilo democrático, e se o que eles me dizem é, se há tarefa ingrata é ser Vereador da oposição”. Depois de salientar as três posições para votar, e exemplificou os vários actos do voto, comentando o que poderia acontecer com certas atitudes de voto, “mas em termos de efectividade de funções, não estão a contribuir

nada, e eu sei pelo menos, os que eu conheço, se desgastam psicologicamente de terem tido o objectivo de contribuírem para o desenvolvimento da sua terra, não terem conseguido porque os eleitores decidiram que não, e estão quatro anos numa actividade mórbida, onde nem decidem, nem podem decidir e efectivamente não contribuem.”

O membro comentou que com estas atitudes, as outras pessoas que ficaram no Executivo são sobrecarregadas com vários pelouros que poderiam ser distribuídos de forma mais “harmónica”, mais eficaz, facto que só traria vantagens para a gestão Autárquica e para os cidadãos.

O membro Paulo Espírito Santo interveio, começando por dizer que o órgão onde se encontravam, é um órgão deliberativo.

O membro referiu que era a pensar no órgão onde estavam, que falava do novo Projecto, que permite sancionar o Executivo que é apresentado,” se a maioria dos membros da Assembleia Municipal não estiver de acordo com o Executivo apresentado, pela segunda vez força a novas eleições.”

Esta situação, segundo o membro Paulo Espírito Santo, vem dar poder à Assembleia Municipal, que hoje não tem.

O membro reforçou,” quando nós estamos a querer equilibrar, diz-se que é uma situação mais desequilibrada, não, na minha opinião continuo a repetir, e digo, com muita sinceridade, eu acho que é uma situação bastante mais democrática.”

A Senhora Presidente da mesa interveio para fazer um esclarecimento, recorrendo ao Regimento a Assembleia, mencionando o Artº16 que está na Ordem do Dia,” diz que a Ordem do Dia é entregue a todos os membros no acto da convocatória, e no caso de eventuais alterações com a antecedência de pelos menos quarenta e oito horas”. Informou que a seguir estava escrito,” que juntamente com a ordem do dia, deverão ser enviados todos os documentos que habilitem os Membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constante.”

Depois de ter lido o que estava escrito no art.º 16, a Senhora Presidente da mesa lamentou, e referiu que queria que ficasse registado em Acta, ”Que me tenham solicitado a introdução deste ponto sem que tenha chegado, tal como eu solicitei, o documento que serviu para a base desta discussão toda, que é uma Moção que tenho na mesa e portanto se isto fosse ao contrário, se fosse por iniciativa da mesa da Assembleia, que não tivesse feito chegar, aos Membros os documentos que os habilitavam a estar a discutir, é evidente que já teria sido sancionado logo no principio da Ordem de Trabalhos, também podem dizer que aquilo que estamos aqui a discutir é um Projecto, e esse Projecto foi



enviado, mas além desse Projecto foi-me colocado uma Moção na mesa.”

Referiu que o Regimento que foi aprovado,” diz que no período da Ordem do Dia, no Artº19, que a discussão em votação de propostas não constantes na Ordem do Dia, depende da deliberação tomada por pelo menos dois terços dos membros presentes que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto.”

A Senhora Presidente da mesa, realçou que o documento que tinha na mesa era para deliberar, dizendo que, não a incomodava aceitar o documento, mas de acordo com aquilo que está no Regimento era uma situação que não era unânime na mesa.

A Senhora Presidente da mesa perguntou aos membros presentes, quem aceitava que o documento (Moção) fosse deliberado, ou seja votado.

Não foi possível transcrever as respostas dadas pelos membros presentes na Assembleia Municipal, devido a falha de gravação áudio. No entanto, a minuta da respectiva acta indica que foi rejeitada a votação da Moção com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Menciona também, a Declaração de Voto dos membros, Pedro Gaspar, João de Brito e José Miguel Carvalho.

Nesta Assembleia Municipal, e segundo o que consta na Minuta , não houve intervenções do público.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da Mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente\_\_\_\_\_

1º Secretário\_\_\_\_\_

2º Secretário\_\_\_\_\_